



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL.**

**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº____, DE 2013.
(DO DEPUTADO ONYX LORENZONI)**

Solicita realização de Audiência Pública para esclarecer as denúncias veiculadas por reportagem da revista IstoÉ, assinada pela jornalista Sandra Borin, e que aponta irregularidades nas condições sanitárias de abatedouros e na fiscalização da carne vendida no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III; 32, I, “a”; 117, VIII; e 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **requero** a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ênio Antônio Marques; o presidente da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi; a jornalista da Revista IstoÉ, Suzana Borin; o presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Pessoa Salazar; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; o presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa) Wilson Roberto Sá e o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Benedito

Arruda, para que manifestem-se sobre as denúncias veiculadas por reportagem da revista “IstoÉ”, intitulada “Podridão Sanitária”, assinada pela jornalista Sandra Borin, que aponta irregularidades nas condições sanitárias de abatedouros e na fiscalização da carne vendida no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A revista IstoÉ, em sua edição nº 2265, de 17 de abril de 2013, publicou reportagem assinada pela jornalista Suzana Borin, denunciando péssimas condições sanitárias dos abatedouros e frigoríficos localizados, principalmente, em cidades do interior do Brasil, e irregularidades praticadas pelos responsáveis fiscalização da carne.

De acordo com a matéria intitulada “Podridão Sanitária”, baseada em um levantamento nacional que teria sido feito pela ONG “Amigos da Terra – Amazônia brasileira”, aproximadamente 30% da carne consumida no Brasil não passaria por qualquer fiscalização, sendo que 705 desta não seria resultado de abate clandestino, ou seja, seria oriunda de abatedouros e frigoríficos autorizados a funcionar.

A matéria aponta que, atualmente, 1,39 mil frigoríficos abatem aproximadamente 29,8 milhões de cabeças de gado por ano no Brasil, sendo que destes apenas 206 estabelecimentos são fiscalizados pelo governo federal, ficando os demais a cargo das administrações estaduais (442 unidades) e municipais (762 unidades) que, de acordo com a matéria, seriam responsáveis pela ausência de fiscalização e inúmeras irregularidades no controle de sanidade do produto.

O texto igualmente procura colocar como responsáveis pela falta de fiscalização da carne vendida no país os médicos-veterinários, que por omissão ou conivência, estariam permitindo que as práticas irregulares observadas nos matadouros coloquem em risco a saúde e a vida da população.

As denúncias feitas pela citada reportagem são extremamente graves e, aparentemente, buscam apontar, dentro de todo um sistema público de controle e fiscalização, apenas uma categoria de profissionais, a dos médicos-veterinários, como responsável pelas irregularidades encontradas, apontando, igualmente, o sistema descentralizado de fiscalização como responsável pela precariedade e ineficácia da fiscalização no setor.

Ocorre que o sistema descentralizado de fiscalização e inspeção federal foi criado com o objetivo de dar mais agilidade e eficiência aos processos de controle, significando um grande avanço a criação de órgãos estaduais e municipais, como medida de eficiência e respeito às instâncias federativas.

As informações veiculadas pela matéria de IstoÉ transparecem uma velada intenção de denegrir a imagem uma categoria profissional com enormes serviços prestados à sociedade brasileira e desacreditar um sistema que, se tem suas falhas, também tem o mérito de haver avançado em relação à situação anterior.

Ante o exposto, entendendo que os fatos abordados pela referida matéria jornalística são de gravidade, e merecem ter as responsabilidades adequadamente apuradas, sendo esta Comissão e o instrumento da audiência pública o foro adequado para estabelecer um amplo debate sobre o tema, mediante o chamamento de todas as partes envolvidas.

Sala das Comissões, em _____ de abril de 2013.

DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEMOCRATAS/RS